

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

DESTAQUES (R\$ MM)	4T22					
	4T22	4T21	Δ %	2022	2021	Δ %
Margem Bruta	690	745	(7%)	2.780	2.302	21%
EBITDA	487	577	(16%)	2.099	1.698	24%
Resultado Financeiro	(124)	(119)	4%	(406)	(244)	66%
Lucro Líquido	207	286	(28%)	986	822	20%
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada (GWh)	4.987	5.079	(1,8%)	20.032	20.076	(0,2%)
Energia Distribuída (GWh)	4.640	4.771	(2,7%)	18.696	18.715	(0,1%)
Número de Clientes (mil)	2.879	2.833	1,6%			
DEC anualizado (horas)	6,97	7,27	(0,30)			
FEC anualizado (interrupções)	3,85	3,98	(0,13)			
Perdas de Distribuição (%)	6,57%	6,55%	0,02p.p.			
Indicadores Financeiros de Dívida ¹						
	2022	2021	Varição			
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	2,03	2,19	(0,16)			
EBITDA/Resultado Financeiro ³	5,17	6,96	(1,79)			
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA				

⁽¹⁾ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
⁽³⁾ EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:
 • EBITDA Caixa (ex- VNR) de R\$ 430 milhões no 4T22 (-13% vs. 4T21) e de R\$ 1.786 milhões em 2022, +26% vs. 2021;
 • Lucro Líquido de R\$ 207 milhões no 4T22 (-28% vs. 4T21) e R\$ 986 milhões em 2022 (+20% vs. 2021);
 • R\$ 1.093 milhões de Capex em 2022, maior parte dedicada à expansão de rede;
 • Arrecadação no 4T22 de 98,18%, acima do observado no 3T22 e no 4T21;
 • Perdas totais 12 meses no 4T22 de 6,57%, abaixo do limite regulatório;
 • DEC de 6,97h (abaixo do regulatório de 7,78h) e FEC 3,85x (abaixo do regulatório de 5,70x).

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2022 novamente a Neoenergia Elektro se destacou pela segurança, qualidade e eficiência na distribuição de energia elétrica, e pelo respeito aos seus 3.630 colaboradores, responsáveis pelo atendimento de aproximadamente 7 milhões de pessoas nos 228 municípios de nossa área de concessão.

Em um ano com o cenário de retomada da economia, conectamos mais de 120 mil novas ligações, e construímos mais de 385 km de rede. Em 2022, reforçando a qualidade e compromisso com nossos clientes, a Neoenergia Elektro atingiu o menor número médio de interrupções, representado pelos indicadores regulatórios DEC (6,97 horas) e FEC (3,85 vezes), que representa a melhor qualidade de fornecimento de energia de sua história, ambos indicadores abaixo do limite regulatório, com desempenho entre os melhores do setor.

A austeridade no combate às perdas de energia elétrica também foram destaque em 2022, com a recuperação de 63 GWh de energia, que representa uma energia suficiente para garantir 12 meses de consumo do município de Ilha Solteira. Em decorrência destas ações fechamos com um índice e de perdas de 6,57%, também abaixo do limite regulatório e referência no setor nacional. O ano de 2022 foi marcado pelo ano de maior investimento total realizado na Neoenergia Elektro, com aproximadamente R\$ 1,1 bilhão em obras de expansão e melhoria do sistema elétrico, que garantiram o atendimento de nosso mercado e 100% das novas solicitações de conexões.

De acordo com nossa estratégia, além dos incrementos dos investimentos, e melhoria da qualidade, mantivemos o controle das despesas, atingindo um lucro líquido de R\$ 986 milhões (20% maior que 2021) e EBITDA de R\$ 2.099 milhões (24% maior que 2021). Investir na valorização, qualificação e diversidade de nossas pessoas é o DNA da Neoenergia Elektro. Neste ano ampliamos nosso trabalho de treinamento e qualificação de nossas equipes, e também proporcionamos para a população a oportunidade de fazer parte de nossas equipes, com treinamento diferenciado e gratuito, ingressando em 19 turmas nas nossas escolas eletrificadas. Além disso em 2022 iniciamos no município de Registro/SP nossa primeira escola de eletrificação, exclusiva para mulheres.

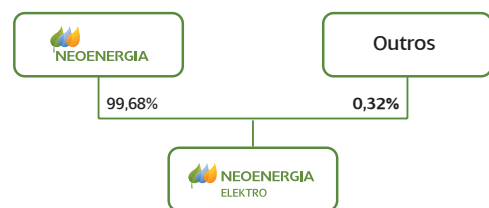
Em 2022 tivemos um ano repleto de conquistas e realizações para a Neoenergia Elektro, resultados que somente puderam ser alcançados com o empenho, dedicação e trabalho árduo de nossas equipes. Agradeço a todos os colaboradores da Neoenergia Elektro pelas excelentes marcas conquistadas e para 2023, manteremos nosso foco na melhoria dos serviços prestados aos nossos clientes e desenvolvimento de nossos trabalhos em todas as nossas áreas de atuação.
 Antonio Sergio Casanova
 Diretor-Presidente da Neoenergia Elektro

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Neoenergia Elektro, com sede no município de Campinas, em São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica que atende 228 municípios, sendo 223 em São Paulo e 5 no Mato Grosso do Sul.

1.1 Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura societária da Neoenergia Elektro era a seguinte:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2022, as projeções para a economia eram marcadas pelas incertezas de um cenário turbulento que estava por vir. De um lado, o fim da crise hídrica e a retomada econômica após a contenção da 2ª onda da pandemia de Covid-19 traziam otimismo para o país, do outro, as eleições presidenciais e seus desdobramentos geravam incertezas e preocupações para o cenário econômico. O Relatório FOCUS do Banco Central de 31 de dezembro de 2021, projetou para 2022 um PIB (Produto Interno Bruto) praticamente flat em relação ao ano anterior, crescendo apenas 0,36%, e um IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,03%, com Taxa Selic de 11,50%, ainda visando conter os impactos da alta inflacionária do ano anterior. O ano confirmou as incertezas da eleição presidencial, que gerou especulações e preocupações acerca das medidas que seriam tomadas, principalmente no âmbito fiscal e seus desdobramentos no futuro da economia. Os confrontos entre a Rússia e a Ucrânia logo no início de 2022 impactaram a economia mundial, elevando o preço dos combustíveis no mundo e tendo reflexos no cenário macro brasileiro. Como medida para conter a inflação, o Banco Central promoveu seguidas altas da Taxa Selic, que encerrou 2021 em 9,25%, chegando a 13,75% no final de 2022. Com isso, a inflação medida pelo IPCA, que chegou a atingir 2 dígitos ao final de 2021, encerrou 2022 com alta acumulada de 5,79%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação ao PIB, a economia encerrou 2022 com perspectiva de crescimento de 3,1%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as projeções de início de ano de crescimento de apenas 0,36%. O índice Ibovespa encerrou 2022 com uma alta de 4,69%, crescimento este menor que a inflação registrada no período, que, de certa forma, reflete a saída de investidores de renda variável em direção a renda fixa, em virtude da maior Selic. Quanto ao consumo de energia, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um aumento de apenas 0,3% em relação a 2021. O consumo no ano foi impactado pelas baixas temperaturas e chuvas acima das registradas no ano anterior nas diversas regiões do país.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas
 Em 23 de agosto de 2022, a Aneel aprovou o reajuste tarifário da Neoenergia Elektro, com efeito médio para o consumidor de 15,77%, aplicados desde 27 de agosto. O uso dos créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins, a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até julho de 2022, o ingresso de recursos oriundos da CDE-Elektrobras e o diferimento relacionado ao bônus de Itaipu contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor. A variação da Parcela A foi de 21,48%, totalizando R\$ 6,41 bilhões, impactada pelos aumentos de 41,89% nos encargos setoriais, 37,13% nos custos de transmissão e 5,46% nos custos com compra de energia. Já a variação da Parcela B foi de 9,32% (R\$ 2,65 bilhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 10,08%, deduzida do Fator X, de 0,76%.

3.2. Principais discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano
Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC
 Em 23 de fevereiro, a ANEEL publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição, aplicadas aos processos instruídos de marco de 2022 a fevereiro de 2023. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras no período foi de 7,15%, enquanto em 2021 era aproximadamente 7,02%; para as transmissoras e usinas cotistas foi 6,93%, enquanto em 2021 era aproximadamente 6,76%.

Marco Legal Geração Distribuída
 Em 7 de janeiro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.300, que instituiu o marco legal de Mini e Microgeração Distribuída (MMGD). Ficou estabelecido que as unidades que já possuem MMGD e as que aderirem em até 12 meses da publicação dessa lei, permaneceriam com o atual benefício até dezembro de 2045. Para os consumidores que aderissem após 12 meses, foi prevista regra de transição com cobranças parciais progressivas a cada ano até atingir, em 2029, a cobrança integral dos componentes tarifários que visam remunerar as distribuidoras (TUSD Fio B). A complementação durante a transição será realizada através de subvenção com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Lei Complementar nº 194 - ICMS
 Em 23 de junho, foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022, estabelecendo teto para a alíquota de ICMS sobre os setores de combustíveis, gás, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. O texto limita a incidência do tributo a 18% ao classificar tais serviços como essenciais. Além disso, na sanção presidencial, foi mantida a previsão de não incidência do ICMS sobre os serviços de transmissão e distribuição e seus respectivos encargos.

Atualização dos valores adicionais das Bandeiras Tarifárias
 Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 3.051/2022, publicada em 29 de junho, foram estabelecidos os novos valores adicionais das Bandeiras Tarifárias para o período de julho de 2022 a junho de 2023. O acréscimo verificado nos valores se deve, entre outros, aos dados do mercado de compra de energia durante o período de escassez hídrica em 2021, ao custo do despacho térmico em razão da alta do custo dos combustíveis e à correção monetária pelo IPCA.

Adicional (R\$/MWh)	Verde	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 2
2021	-	18,74	39,71	94,92
2022	-	29,89	65,00	97,95
Var. %	-	59,5%	63,7%	3,2%

Tabela 1 – Comparação entre novos valores e os anteriormente vigentes

Repasso de recursos da CDE
 Em 22 de julho, a ANEEL divulgou o Despacho nº 1.959, que fixou os valores aportados na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) pela Elektrobras que deveriam ser repassados às distribuidoras até 29/07/2022. Esse recurso foi repassado à CDE de acordo com comando contido na Lei nº 14.182/2021 (privatização da Elektrobras) que condicionou a concessão de novas outorgas ao pagamento pela Elektrobras ou por suas subsidiárias à CDE, de 50% do valor adicionado à concessão pelos novos contratos. A Neoenergia Elektro recebeu, em 27/07/2022, R\$ 183,96 milhões, que representa cerca de 3,49% do total distribuído.

Sobrecontratação das Distribuidoras – 2016 e 2017
 A ANEEL divulgou, em 12 de agosto, o Despacho nº 2.168/2022, que deu parcial provimento aos pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020, que homologou os montantes de exposição e sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição para os anos de 2016 e 2017, alegando aplicação de critério assimétrico de involuntariedade com base no valor do PLD, onde o risco de perder seria sempre da distribuidora e o ganho sempre do consumidor. Adicionalmente, na análise dos recursos interpostos pelas distribuidoras contra o referido despacho, na Nota Técnica nº 121/2021, a área técnica da ANEEL criou uma nova regra para apurar a involuntariedade da migração ao ACL em 2016, na qual propunha o reconhecimento apenas da sobre involuntária acima de um limite arbitrário de 102,5%.

O Despacho nº 2.168/2022 reconheceu a tese de que houve aplicação retroativa de nova interpretação e reformou a decisão do Despacho nº 2.508/2022, colocando-se contra o posicionamento das áreas técnicas da ANEEL e excluindo o critério assimétrico baseado no valor do PLD. O despacho também criou precedente para limitar inovações fora do escopo regulatório vigente pelas áreas técnicas da ANEEL, colocando-se contra a criação de critérios inexistentes na norma. Esta decisão favoreceu a Neoenergia Elektro.

3.3. Medidas associadas à crise hídrica

Conta Escassez Hídrica
 Em 14 de janeiro, foi publicado o Decreto nº 10.939/2022, que autorizou a criação da Conta Escassez Hídrica pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Essa conta se destinava a receber recursos para cobertura total ou parcial dos custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as distribuidoras, e dos diferimentos estabelecidos em processos tarifários recentes, associados a questões macroeconômicas (inflação, câmbio e alta do preço internacional dos combustíveis). Em 18 de março, a ANEEL definiu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta e em maio houve a liberação de R\$ 83,6 milhões para a Neoenergia Elektro.

Fin da Bandeira Escassez Hídrica
 Em abril, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) definiu que a partir de 16 de abril, seria finalizada a cobrança da Bandeira Escassez Hídrica. Esta foi criada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) para cobrir os custos adicionais de enfrentamento da escassez hídrica.
3.4. Liberalização do Mercado
 Em 28 de setembro, foi publicada a Portaria nº 50/GM/MME, estabelecendo que a partir de 01/01/2024 os consumidores do Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN, sendo que, para aqueles com carga individual inferior a 500kW, fica estabelecida a obrigatoriedade de representação por agente varejista perante a CCEE.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 Número de Consumidores
 A Companhia encerrou o 4T22 com 2.879 mil consumidores, incremento de 46 mil novos consumidores em relação ao 4T21 (+1,6%).

Número de Consumidores (Em milhares)	2022		2021		Participação no Total %		2022 x 2021	
	2022	2021	2022	2021	Dif.	%	Dif.	%
Residencial	2.494	2.450	86,6%	86,5%	44	1,8%	-	-
Industrial	20	20	0,7%	0,7%	-	-	-	-
Comercial	208	204	7,2%	7,2%	4	2,0%	-	-
Rural	126	129	4,4%	4,6%	(3)	(2,3%)	-	-
Outros	31	31	1,1%	1,1%	-	-	-	-
Total	2.879	2.833	100%	100%	46	1,6%		

4.2 Evolução do Mercado

Energia Distribuída (GWh)	2022		2021		Dif.		Participação no Total %		2022 x 2021	
	4T22	4T21	4T22	4T21	Dif.	%	2022	2021	Dif.	%
Residencial	1.235	1.293	48,8%	47,0%	(58)	(4,5%)	5.021	5.159	48,2%	47,4%
Industrial	269	314	10,6%	11,4%	(45)	(14,3%)	1.125	1.222	10,8%	11,2%
Comercial	501	543	19,8%	19,7%	(42)	(7,7%)	2.097	2.078	20,1%	19,1%
Rural	209	281	8,2%	10,2%	(72)	(25,6%)	889	1.133	8,5%	10,4%
Outros	317	323	12,5%	11,7%	(6)	(1,9%)	1.280	1.292	12,3%	11,9%
Total Energia Distribuída (Cativa)	2.531	2.753	55%	58%	(222)	(8,1%)	10.411	10.883	56%	58%
Mercado Livre	2.109	2.018	45,5%	42,3%	91	4,5%	8.285	7.832	44,3%	41,8%
Total Energia Distribuída (Cativa + Livre)	4.640	4.771	100%	100%	(131)	(2,7%)	18.696	18.715	100%	100%

A energia distribuída (cativo + livre) no 4T22 foi de 4.640 GWh, -2,7% vs. 4T21, em virtude do maior volume de chuvas no período. Já em 2022, foi de 18.696 GWh, em linha com 2021.

O consumo residencial apresentou uma redução de 4,5% no trimestre e de 2,7% no ano, influenciado pelo maior volume de chuvas e por menores temperaturas em 2022.

O segmento cativo da classe industrial apresentou uma queda de 14,3% no 4T22 vs. 4T21 e de 7,9% em 2022 vs. 2021. Entretanto, ao se incorporar o desempenho desta classe aos consumidores livres,apura-se um crescimento de 2,0% no trimestre e 3,9% no ano, explicado, principalmente, pelo bom desempenho dos setores de papel e derivados e de alimentos e bebidas.

A classe comercial cativa apresentou queda de 7,7% no trimestre e crescimento de 0,9% no ano. A classe rural teve queda de 25,6% no trimestre e de 21,5% em 2022, explicada, principalmente, pela menor demanda por irrigação, em razão do alto volume de chuvas.

As outras classes apresentaram um decréscimo de 1,9% no 4T22 vs. 4T21 e de 0,9% em 2022 vs. 2021.

4.3 Balanço Energético
 A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 4.987 GWh no 4T22 (-1,8% vs. 4T21) e de 20.032 GWh em 2022 (-0,2% vs. 2021), devido à menores temperaturas, maior volume de chuvas e aumento da geração distribuída. Importante destacar que o impacto do aumento da geração distribuída será contemplado no dimensionamento do mercado na próxima revisão tarifária de agosto de 2023.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T22		4T21		4T22 x 4T21		2022		2021		2022 x 2021	
	Dif.	%	Dif.	%	Dif.	%	Dif.	%	Dif.	%	Dif.	%
Mercado Cativo	2.531	2.753	(222)	(8,1%)	10.411	10.883	(472)	(4,3%)				
Mercado Livre + Suprimento	2.109	2.018	91	4,5%	8.285	7.832	453	5,8%				
Energia Distribuída (A)	4.640	4.771	(131)	(2,7%)	18.696	18.715	(19)	(0,1%)				
Energia Perdida (B)	342	325	17	5,2%	1.399	1.301	98	7,5%				
Não Faturado (C)	5	(17)	22	N/A	(63)	60	(123)	N/A				
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	4.987	5.079	(92)	(1,8%)	20.032	20.076	(44)	(0,2%)				

4.4 Perdas
 As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

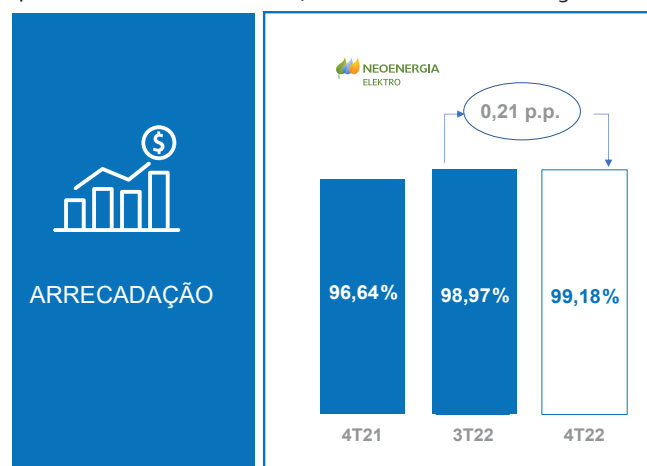
NEOENERGIA ELEKTRO	Perdas totais 12 meses (%)															
	Perda Técnica				Perda Não Técnica				Perda Total				Aneel 22			
	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22		2T22	3T22	4T22
	5,95%	6,09%	6,02%	5,99%	5,98%	0,59%	0,34%	0,27%	0,40%	0,60%	6,55%	6,43%	6,28%	6,39%	6,57%	7,95%
NEOENERGIA ELEKTRO	Perdas totais 12 meses (GWh)															
	Perda Técnica				Perda Não Técnica				Perda Total				Aneel 22			
	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22		2T22	3T22	4T22
	1.195	1.225	1.214	1.206	1.197	119	68	54	80	120	1.314	1.293	1.268	1.285	1.317	1.614

NOTA: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2022 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2021 foram ajustados para a apuração definitiva. A tabela no 2T22, 3T22 e 4T22 normaliza o impacto da Resolução Normativa ANEEL 1000/2021.

A partir do 2T22, as perdas foram afetadas pela Resolução Normativa ANEEL 1000/2021, que ampliou o prazo de ampla defesa, aumentando assim o prazo entre a inspeção e a emissão da fatura, o que aumenta o não faturado, afetando o indicador de perdas. Esse efeito é temporário e será carregado na visão 12 meses. Ademais, não há impacto no Resultado Econômico da Companhia.

As Perdas Totais na visão 12 meses no 4T22 foram de 6,67%, sem o impacto da REN 1000, foram de 6,57%, 0,18 p.p. acima do 3T22, porém abaixo do seu patamar regulatório de 7,95%. Em 2022 foram adotadas as seguintes ações de combate às perdas: (i) Realização de mais de 40 mil inspeções, recuperando mais de 31 GWh; (ii) Substituição de 42 mil medidores obsoletos; (iii) Atualização cadastral de diversos pontos de iluminação pública; (iv) Realização de 56 ações de combate ao furto de energia com apoio policial.

4.5 Arrecadação e Inadimplência
 O índice de arrecadação é impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e pela eficácia das ações de cobrança da Companhia. O gráfico abaixo retrata a boa performance do índice de arrecadação sobre contas vencidas ao longo dos trimestres.



A arrecadação no 4T22 segue em patamares elevados, confirmando o sucesso das ações de cobrança. A taxa de arrecadação atingiu 99,18% no trimestre, acima tanto do observado no 3T22, quanto em relação ao 4T21.

|--|

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	2.103	2.269	(166)	(7%)	7.916	8.117	(201)	(2%)
Custos com Energia	(1.470)	(1.609)	139	(9%)	(5.449)	(6.096)	647	(11%)
Margem Bruta s/ VNR	633	660	(27)	(4%)	2.467	2.021	446	22%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	57	85	(28)	(33%)	313	281	32	11%
Margem Bruta	690	745	(55)	(7%)	2.780	2.302	478	21%
Despesa Operacional	(173)	(138)	(35)	25%	(592)	(514)	(78)	15%
PECLD	(30)	(30)	-	-	(89)	(90)	1	(1%)
EBITDA	487	577	(90)	(16%)	2.099	1.698	401	24%
Depreciação	(82)	(73)	(9)	12%	(311)	(297)	(14)	5%
Resultado Financeiro	(124)	(119)	(5)	4%	(406)	(244)	(162)	66%
IR CS	(74)	(99)	25	(25%)	(396)	(335)	(61)	18%
LUCRO LÍQUIDO	207	286	(79)	(28%)	986	822	164	20%

A Neoenergia Elektro encerrou o 4T22 com Margem Bruta de R\$ 690 milhões (-7% vs. 4T21) impactada por um menor volume e uma pontual sobrecontratação, além do menor VNR no período. Já no ano, a Margem Bruta foi de R\$ 2.780 milhões (+21% vs. 2021), impulsionada pela variação da parcela B de +32,49% em agosto/21 e de +9,32% em agosto/22 e aumento da base de clientes, além do maior VNR. As despesas operacionais contabilizaram R\$ 173 milhões no 4T22 (+25% vs. 4T21), por gastos pontuais em contencioso, treinamentos e multas, e R\$ 592 milhões em 2022 (+15% vs. 2021). No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 30 milhões, em linha com o 4T21, e no ano contabilizou R\$ 89 milhões, +1% vs. 2021, fruto das ações de cobrança e das renegociações de dívidas. Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 487 milhões no trimestre (-16% vs. 4T21) e de R\$ 2.099 milhões no ano (+24% vs. 2021). Já o EBITDA Caixa (ex- VNR) no trimestre foi de R\$ 430 milhões, -13% vs. 4T21, e de R\$ 1.786 milhões em 2022, +26% vs. 2021. O Lucro Líquido foi de R\$ 207 milhões no 4T22 (-28% vs. 4T21) e de R\$ 986 milhões em 2022 (+20% vs. 2021).

5.1 EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	207	286	(79)	(28%)	986	822	164	20%
Despesas financeiras (B)	(154)	(158)	4	(3%)	(599)	(406)	(193)	48%
Receitas financeiras (C)	46	46	-	-	258	156	102	65%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(16)	(7)	(9)	129%	(65)	6	(71)	N/A
Imposto de renda e contribuição social (E)	(74)	(99)	25	(25%)	(396)	(335)	(61)	18%
Depreciação e Amortização (F)	(82)	(73)	(9)	12%	(311)	(297)	(14)	5%
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	487	577	(90)	(16%)	2.099	1.698	401	24%

5.2 Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	25	17	8	47%	104	29	75	259%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(140)	(111)	(29)	26%	(551)	(259)	(292)	113%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(9)	(25)	16	(64%)	41	(14)	55	(393%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	16	14	2	14%	90	107	(17)	(16%)
Variações monetárias e cambiais - outros	1	(1)	2	(200%)	6	(2)	8	(400%)
Atualização provisão para contingências/depositos judiciais	(2)	(13)	11	(85%)	(23)	(35)	12	(34%)
Atualização do ativo/passivo financeiro setorial	6	14	(8)	(57%)	71	14	57	407%
Obrigações pós emprego	(2)	(3)	1	(33%)	(6)	(12)	6	(50%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(28)	(36)	8	(22%)	(97)	(86)	(11)	13%
Total	(124)	(119)	(5)	4%	(406)	(244)	(162)	66%

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 124 milhões no 4T22 (vs. -R\$ 119 milhões no 4T21) e de -R\$ 406 milhões em 2022 (vs. -R\$ 244 milhões em 2021), em razão de maiores despesas com encargos da dívida (+R\$ 29 milhões no trimestre e +R\$ 292 milhões no ano), explicada, majoritariamente, pelo aumento do CDI no período (65% do endividamento está atrelado ao índice). Ademais, houve aumento no saldo médio da dívida de 14% no trimestre e 32% no ano, devido às captações direcionadas para investimentos e capital de giro da Companhia, visando atender a expansão do mercado.

6. INVESTIMENTOS

Em 2022, a Neoenergia Elektro realizou Capex de R\$ 1.093 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede, conforme tabela abaixo:

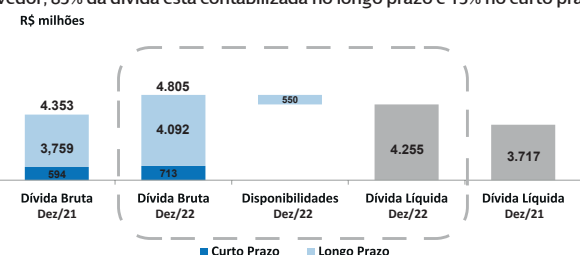
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	NEOENERGIA ELEKTRO		
	4T22	2022	
Expansão de Rede	(154)	(518)	44%
Novas Ligações	(88)	(285)	
Novas SE's e RD's	(66)	(233)	
Renovação de Ativos	(50)	(192)	18%
Melhoria da Rede	(39)	(120)	11%
Perdas e Inadimplência	(5)	(19)	2%
Outros	(128)	(279)	25%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	25	(26)	
(=) Investimento Bruto	(352)	(1.153)	
SUBVENÇÕES	9	34	
(=) Investimento Líquido	(343)	(1.119)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(25)	26	
(=) CAPEX	(367)	(1.093)	
Base de Anuidade Regulatória	(128)	(279)	25%
Base de Remuneração Regulatória	(248)	(849)	75%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

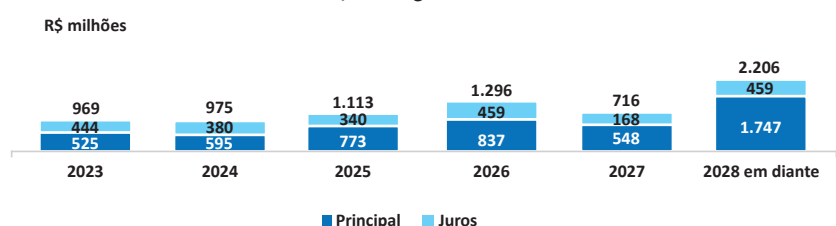
7.1 Perfil da Dívida

Em dezembro de 2022, a dívida líquida da Neoenergia Elektro, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 4.255 milhões (dívida bruta de R\$ 4.805 milhões), apresentando crescimento de 14% (R\$ 538 milhões) em relação a dezembro de 2021. Em relação a segregação do saldo devedor, 85% da dívida está contabilizada no longo prazo e 15% no curto prazo.



7.2 Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2022.



8. RATING

Em 29 de março de 2022, a Standard & Poor's - S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB-" na Escala Global e "brAAA" na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1 Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	4T22	4T21	4T22 / 4T21	
			Dif.	%
Convencional	2.217	2.217	-	-
Baixa Renda	277	233	44	18,9%
Total	2.494	2.450	44	1,8%

9.2 Práticas de Gestão

9.2.1 Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Elektro possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (https://www.neoenergia.com/pt-br/governanca-corporativa/sistema-de-governanca-corporativa/Paginas/politicas-governanca-corporativa.aspx).

- Em 2022, a Companhia deliberou os seguintes proventos:
- (i) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 49.509 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 30 de março de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;
 - (ii) Dividendos de R\$ 93.125 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2022 e pagos em 05 de maio de 2022;
 - (iii) Dividendos Adicionais de R\$ 597.013 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;
 - (iv) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 49.860 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 15 de junho de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;
 - (v) Dividendos intermediários de R\$ 150.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;
 - (vi) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 53.181 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 23 de setembro de 2022 e pagos em 20 de dezembro de 2022;
 - (vii) Dividendos intermediários de R\$ 400.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de outubro de 2022 e pagos em 20 de dezembro de 2022;
 - (viii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 49.261 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2022 e com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2023.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2022 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023.

9.2.2 Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do Grupo, permitindo o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Elektro reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia. O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente, se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizado.

Conselho de Administração

Integrado por oito representantes titulares, sendo um membro independente, e um suplente, todos com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem ordinariamente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou secretário.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se bimensalmente ou em reuniões extraordinárias sempre que convocado.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente duas vezes por mês ou sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores Executivos. Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho/execução dos controles; (ii) certificação das informações financeiras por parte dos principais Executivos. A certificação ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

9.2.3 Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Estrutura Política de Recursos Humanos que tem o objetivo de definir, elaborar e difundir um modelo de gestão de recursos humanos que permita atrair, impulsionar, fidelizar e reter o talento. Também é finalidade fomentar o crescimento pessoal e profissional dos empregados do grupo, tornando-os participantes de seus projetos de sucesso empresarial e garantindo um trabalho digno e seguro, em um ambiente diversificado e inclusivo.

Ao longo de 2022, o Grupo Neoenergia continuou investindo em formação, viabilizando a realização de 1.369.545,83 horas de formação, ultrapassando em 4,7% o ano anterior. Nosso ganho foi maior pois ampliamos a possibilidade de aprendizagem interna reforçando os canais digitais e online, além de focar no desenvolvimento de educadores internos. Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, formando 723 eletricistas. Esse ano, possuímos em nosso quadro 375 mulheres na posição de eletricista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero. Saúde e Segurança, Diversidade, Cibersegurança, Ética, Foco no Cliente e Sustentabilidade foram os temas que fizeram parte da agenda Neoenergia. Cada um destes temas teve um mês de atividades voltadas para discussão através de palestras realizadas online e aberta para todos os colaboradores. Foram-se sobre autocuidado, ética e inovação, engenharia social e golpes no whatsapp, finanças sustentáveis, mercado de carbono, empregabilidade diversa e vários outros que foram tratados ao longo do ano, reforçando a cultura e o compromisso da Neoenergia com as metas ESG.

Para o tema Voluntariado, em 2022, o Programa registrou 3.234 participações voluntárias engajadas em 35 oportunidades em todo o país, abrangendo todas as empresas. Alguns destaques:

- Arrecadação de mais de 150 mil unidades de absorventes femininos;
 - Ensino Profissões (palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para os jovens); aconteceu em cinco estados impactando mais de 700 pessoas;
 - Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 23 mil peças para 64 instituições beneficiárias;
 - Operação quilô: doação de mais de 28 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 96 ONGs beneficiadas;
 - Dia Internacional do Voluntariado Iberdrola: em 2022, marcado pelo retorno das atividades presenciais, contando com 2.065 participações de colaboradores em todas as empresas da Neoenergia, mais de 14 ONGs e 2 mil pessoas foram impactadas direta e indiretamente. Outra ação voluntária foi o Esporte Solidário, pelo qual os colaboradores da Neoenergia utilizaram um aplicativo de celular para registrar caminhada, corridas e pedaladas, alcançando mais de 12 mil quilômetros, que foram convertidos em doações de 600 pares de tênis para cinco instituições que atendem crianças e jovens nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal. Na atividade "Eu cuidei do meu quadrado", os voluntários fizeram ações de limpeza com sua família nas proximidades de casa, recolhendo mais de 1,5 tonelada de lixo das ruas;
 - Montagem de Skate: Durante a Convenção de Líderes, mais de 100 líderes mostraram energia máxima na montagem de 50 skates que foram doados para crianças e jovens da instituição Esporte e Vida;
 - Árvore da Solidariedade: A campanha tradicional de Natal aconteceu na Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, onde os voluntários se mobilizaram e entregaram mais de 2.495 presentes para crianças atendidas em cerca de 35 ONGs das áreas de concessão.
- Em 2022, adotamos o trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exercem atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia à realidade do mercado de trabalho. 2022 foi um ano de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades, onde atuamos. É gratificante ver os resultados atingidos com o empenho de todos os colaboradores da Neoenergia. E com essa mesma força e determinação seguiremos em 2023.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1 ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Fruto do diálogo com os seus grupos de interesse e consciente do impacto de todas as suas atividades, a Neoenergia tem uma estratégia de desenvolvimento sustentável alinhada com a implementação de um projeto empresarial que visa à criação de valor de forma sustentável tendo como principais referências seu Propósito e Valores, e o respeito aos Direitos Humanos. A companhia vinculou sua estratégia de negócios e sustentabilidade aos ODS desde sua definição e, em 2018, aprovou a reformulação do seu Sistema de Governança Corporativa cujo principal objetivo era formalizar o compromisso do grupo com essa agenda, destacando a contribuição para o cumprimento do dividendo social gerado pela sua atividade empresarial. A Neoenergia concentra seus esforços nos ODS nos quais sua contribuição é mais relevante: no fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e na ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). A empresa mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). A companhia segue signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Como parte dessa evolução contínua, em 2022 o Grupo assumiu 16 metas ESG para os anos 2025 e 2030. Com esses compromissos, a companhia específica o seu empenho em dar transparência a objetivos relevantes e mensuráveis, que representam os aspectos prioritários na sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Com muito orgulho, divulgamos os resultados alcançados nesses indicadores em 2022 e os targets para 2025 e 2030:

Metas ESG	Parâmetros	2022	2025	2030
Emissões	Emissões de gCO2/kWh na geração (escopo 1)	1	36	20
E	Eletrificação da frota	Incremento do % de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia		
	Financiamento sustentável	Revisão anual e atualização do framework de financiamento verde da empresa		
D	Digitalização de redes	% redes de AT e MT digitalizadas		
	Mulheres em posições relevantes	Presença de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência		
M	Mulheres em postos de liderança	Presença de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência		
	Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas		
S	Mulheres em postos de eletricista	% de mulheres em postos de eletricistas		
	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão		
C	Contribuição com a comunidade	Voluntariado corporativo (número de pessoas)		
	Segurança (ISO 45001)	% trabalhadores próprios lotados em sites certificados pela ISO45001		
G	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)		
	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos		
F	Fornecedores	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis		
	Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG		
Governança	Melhores práticas de governança empresarial	Manter prática vigente		

Nota: Em 2022 a intensidade de emissões atípica verificada se deve ao fato da Usina Termopernambuco, movida a gás natural, não ter operado. Nesse ano, o uso do gás e suas emissões associadas corresponde às atividades internas de teste de operação e manutenção das máquinas. A execução da estratégia ESG da Neoenergia gira em torno de três pilares, reforçando que os temas estão integrados ao modelo de negócios da companhia:

- Desempenho ambiental, o combate à mudança climática e a preservação e recuperação da biodiversidade, por meio das políticas de meio ambiente;
 - Compromisso social, que se manifesta nas políticas sociais;
 - Normas e políticas de governança corporativa, de acordo com melhores práticas de mercado.
- Dessa forma, a Neoenergia busca garantir que todas as atividades corporativas e de negócios se comprometam e promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de interesse (clientes, acionistas, empregados, contratados de terceiros, fornecedores, órgãos reguladores, governos e comunidades impactadas pelos seus negócios), retribuindo de forma equitativa a todos aqueles que contribuem para o sucesso do projeto.
- As práticas sustentáveis da Neoenergia, integradas ao seu modelo de negócio, destacam a companhia e permitem o seu posicionamento em importantes índices e ratings de sustentabilidade e governança. Em 2022, a companhia integrou pelo terceiro ano consecutivo a carteira do FTSE4 Good Index Series e do Índice de Sustentabilidade Empresarial, da B3. A Neoenergia também, integra o The Sustainability Yearbook, da S&P e foi destaque no CDP, com score A- em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

10.2 Inovação

A inovação é prioritária para a Neoenergia garantir a sustentabilidade, a eficiência, a competitividade e manter-se na vanguarda do desenvolvimento de produtos, serviços e modelos de negócios que permitem enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de transformação do setor elétrico. A companhia

Pensando na criação de oportunidades de **capacitação profissional gratuita**, a Neoenergia desenvolve a Escola de Eletricistas, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia elétrica da companhia – Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Distrito Federal. A escola promove a formação e capacitação de futuros profissionais, que, ao concluir o programa, se tornam aptos a exercer a função de eletricista de forma técnica e precisa. Com o compromisso de promover a **igualdade de gênero**, desde 2019, a companhia oferece turmas exclusivas para mulheres em edições especiais dos cursos, quebrando o paradigma de que ser eletricista é uma profissão masculina. Com a evolução do projeto, as turmas passaram a ser mistas, comprovando a possibilidade feminina de ocupar espaços antes predominantemente masculinos. Isso fomentou o crescimento de mulheres em seu quadro de eletricistas com excelentes resultados.

Na esfera **cultural**, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como: (i) o edital Transformando Energia em Cultura, no Rio Grande do Norte, Bahia e Distrito Federal, ampliando a participação para 42 projetos dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17. Além disso, o Instituto atuou no acompanhamento dos 25 projetos selecionados em 2021 com execução em 2022, por meio de sua Central de Edições; (ii) a 2ª edição do Prêmio Inspirar, edital dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas que atuam com projetos de Arte e Cultura, foi ampliada para todas as áreas de concessão da Neoenergia; (iii) o Programa de Iluminação Cultural foi desenvolvido em nova fase dirigida para as riquezas do patrimônio histórico do interior brasileiro. Foi a vez do Theatro Cinema Guarany, edificação icônica e centenária localizada em Triunfo, no sertão pernambucano. Além da iluminação cênica inaugurada em dezembro de 2022, o programa atuou em duas frentes ao longo de 2022: ação de educação patrimonial para 14 escolas públicas, beneficiando a mais de 400 estudantes, e intervenção cultural para a comunidade durante sua inauguração, envolvendo mais de 100 artistas, produtores culturais e negócios locais, estimulando a geração de trabalho e renda; (iv) a Caravana Energia que Transforma, continuou a desenvolver atividades com foco em ações formativas para gestores socio culturais de diversos estados brasileiros. Além dos módulos online, em 2022, foi realizado o primeiro evento presencial: “Trilhas da Caravana, caminhos para uma boa gestão”, um momento de troca e networking para 40 participantes do setor cultural do DF; (v) o Instituto, em parceria com a Termpernambuco, apoiou o primeiro projeto parte do Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, que conta com o apoio de grandes empresas brasileiras. A Termpernambuco destinou R\$ 2 milhões à Reforma de imóvel para requalificar o Portomídia, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, a ser executado entre os anos de 2023 e 2025. Inserido no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do bairro do Recife, a edificação tombada pelo IPHAN será reformada e ampliada para fortalecer seis cadeias de negócios de economia criativa dirigidas à tecnologia como games, cinevideoanimação, multimídia, design, fotografia e música; (vi) o Oficinas Culturais e Artísticas (OCA) ofereceu 240 vagas para jovens de 16 a 24 anos e mulheres em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Campos do Jordão, Santa Isabel e Capão Bonito, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa- cultura digital, design de moda e de produto, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda. A iniciativa é desenvolvida com recursos do ProAC – Programa de Ação Cultural de São Paulo; (vii) o Entre o Céu e a Favela, apoiado por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro, atua há 10 anos no Morro da Providência, região vulnerável na zona portuária do Rio de Janeiro, desenvolvendo oficinas multidisciplinares no contraturno escolar de crianças e jovens da comunidade, além de oficinas profissionalizantes para as mães dos beneficiados.

10.4 Instituto Neoenergia

Em um ano de resiliência e crescimento, o Instituto Neoenergia ampliou seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, de melhorar a vida das pessoas e do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulsionamento do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas.

Dentre os cinco pilares de atuação do Instituto – Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional, foram realizadas iniciativas que promoveram a diferença durante o ano de 2022, em 12 estados brasileiros e no Distrito Federal.

10.5 Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Neoenergia Elektro tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica e contou com investimento de R\$ 25,8 milhões em 2022.

- Entre as ações que merecem destaque estão:
 - Execução de projetos com **ação em comunidades populares** com troca de quase 150 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 24 mil lâmpadas em 275 instituições dessas comunidades.
 - Execução dos projetos **Educativos** em escolas públicas e formação EAD de professores, capacitando 1,1 mil professores e mais de 34,6 mil alunos da área de concessão da NEOENERGIA ELEKTRO sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica. Projetos fortemente impactados pela pandemia.
 - Execução de projetos de **eficiência de prédios públicos e assistenciais** (escolas públicas, unidades de saúde – hospitais e postos médicos, instituições filantrópicas, etc) na área de concessão da distribuidora, sendo beneficiadas 726 unidades em São Paulo, totalizando mais de 85 mil lâmpadas substituídas e 11 sistema solar fotovoltaico instalado, totalizando 683,66 kWp.
 - Execução de projeto **Neoenergia Solar** que concedeu desconto de 50% para instalação de energia solar em 188 residências da área de concessão da Elektro, totalizando 705,80 kWp instalado com troca de 291 lâmpadas por LED.
 - Execução de projetos de **eficiência de iluminação pública** em 9 municípios (Jundiaí, Juruqueirópolis, Cabreúva, Buri, Agual, Tietê, Rio Claro, Tatui, Pilar do Sul e Iguape) da área de concessão da Elektro, com a substituição de mais de 7 mil pontos de IP por tecnologia LED.
 - Execução de projeto de **eficiência de empresas de saneamento** no interior de São Paulo com a substituição de 1 motor em 1 unidade municipal do Estado de São Paulo; SAAE Pirassununga.
 - Execução de projeto **Plataforma Consumo Consciente** que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia da residência que coleta dados a serem disponibilizados numa plataforma de monitoramento de consumo em tempo real de baixo custo e interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente. Em março de 2022, foi assinado o contrato com a parceira Smartiks para fornecimento dos equipamentos e disponibilização da plataforma de monitoramento e iniciado o processo de homologação junto a ANATEL para fabricação dos equipamentos. A entrega do primeiro lote de 100 (unidades) ocorreu em novembro e as instalações iniciaram em 2023 com a abertura de inscrições através do site para clientes interessados.

10.6 Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2022, foram investidos R\$ 47,19 milhões no Programa de P&D ANEEL, sendo R\$ 22,51 milhões em desenvolvimento de projetos da Neoenergia Elektro, R\$ 13,71 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 6,86 milhões ao Ministério das Minas e Energia (MME) e R\$ 4,11 milhões destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

- **Tecnologias Inteligentes/Recuperação de Energia:** destacam-se os projetos: (i) **GODEL – Observatório de Redes**, reconhecido em 2022 como melhor projeto apresentado no 39º Circuito Nacional do Setor Elétrico – CINASE na categoria Inovação Tecnológica, composto por módulos que entregaram produtos já incorporados aos processos de negócios da Neoenergia e outros em desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento, como no módulo GODEL Analytics, um aplicativo que apresenta o mapeamento das perdas técnicas e comerciais, indicando as áreas com maiores oportunidades para ações voltadas para recuperação de receitas, , no módulo Godel Multilink, um concentrador de dados de medição com tecnologia nacional para comunicação por radiofrequência com o objetivo de garantir interoperabilidade entre os equipamentos de campo da rede de distribuição, além de possibilitar o envio dos dados da medição para os sistemas de gerenciamento da distribuidora por meio de múltiplos links de comunicação, e no módulo GODEL Hosting Capacity, um sistema pioneiro no Brasil para determinação da capacidade de acomodação de geração distribuída e de novas cargas na rede de média tensão, proporcionando aumento na eficiência para resposta de pedidos de acesso pelos clientes, possibilitando que eles realizem as suas consultas e obtenham respostas imediatas; (ii) **Antenas Inteligentes**, que consiste em um conjunto de circuitos eletrônicos que formam um sistema confiável de antenas com abrangência de 360° para a comunicação entre o Centro de Operações e as chaves religadoras da rede de distribuição, podendo ser aplicado a qualquer subestação que utilize enlace de rádio; e (iii) **Conexão Digital**, que entregará importantes produtos para transformar a experiência do cliente Neoenergia, oferecendo canais digitais mais eficientes e personalizados, tornando mais efetivo o atendimento humano e digital.
- **Segurança:** dentre os principais projetos de P&D temos: (i) **Braço Robótico**, que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas de forma robotizada e com operação remota, com maior segurança e eficiência; (ii) **Sensor de Proximidade** que consiste em tecnologia para mitigação de acidentes elétricos com equipes de campo, através de sensores instalados no cesto aéreo do caminhão e uma central de processamento que sinalizará e atuará para evitar uma possível situação de risco; (iii) **Smart Safety Eye**, um sistema com inteligência artificial para identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo, tais como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual (EPI), bem como a realização de procedimentos incorretos; e (iv) **Medição de Malha de Terra**, equipamento capaz de medir a impedância da malha de terra sem a necessidade de desligamento da subestação; e (v) **Segurança de Barragens**, que desenvolve sistema inovador georreferenciado para gestão inteligente, em tempo real, do Plano de Segurança de Barragens (PSB), que funciona como apoio à tomada de decisão, a partir de análises de risco dos empreendimentos e de consistência de dados.
- **Qualidade e Confiabilidade:** destacamos o (i) **Qualimetro com Oscilografia Contínua**, equipamento para a avaliação da qualidade do fornecimento de energia e para integração com o sistema de localização de defeitos em redes de distribuição, de modo a melhorar a qualidade e segurança da rede; (ii) **Lote pioneiro do aferidor de medidores**, que desenvolveu e entregou para a operação das distribuidoras Neoenergia, 24 unidades do equipamento intitulado ADR 9000, utilizadas para aferir medidores de energia elétrica em campo, sem a necessidade de interrupção no fornecimento de energia do consumidor; (iii) **Tecnologia de Armazenamento para Religadores**, que utiliza ultracapacitores com baterias, sendo pioneiro para a confiabilidade dos equipamentos automatizados; (iv) **SIERF (Sistema de Identificação de Equipamentos por Radiofrequência)**, que desenvolveu e entregou para testes o sistema de identificação, cadastro e rastreamento de equipamentos de redes de distribuição, composto por coletor de dados por radiofrequência e etiqueta eletrônica de alta longevidade para identificação de ativos com superfície metálica, tais como transformadores e medidores; e (v) **SMARTF (Simulação e Modelagem do Ambiente Regulatório e Tecnológico Futuro das distribuidoras)**, que desenvolveu e entregou ferramenta computacional para definição da estratégia de negócios das empresas distribuidoras Neoenergia, considerando cenários de trajetórias regulatórias alternativas, de evolução das redes, do comportamento do consumidor e inserção de recursos energéticos distribuídos, tais como geração, armazenamento, veículos elétrico e esquemas de resposta da demanda. Além dos seguintes projetos, em desenvolvimento, de P&D:
 - Veículo com sistema inteligente para **Lavagem dos Isoladores** das redes de distribuição considerando o nível medido de salinidade;
 - Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) autocarregável com sistema automático destinado ao cadastro remoto de ativos e inspeções em linha de distribuição e de transmissão;
 - **Torre de Emergência Móvel** para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem), incluindo o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis;
 - **Previsão Climática: desenvolvimento de algoritmo e aplicativo computacional** para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de machine learning, objetivando projeções mais assertivas do mercado de energia das distribuídas;

- **Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE-T)** que consiste em desenvolvimento de um portal de informações do segmento de transmissão de energia elétrica, que irá reestruturar e integrar as bases de dados atualmente utilizadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), melhorando a eficiência do processo de gestão e permitindo o acesso de informações qualificadas pela sociedade.
- **Sustentabilidade do Negócio:** foram desenvolvidos os projetos: (i) **Caminhão Elétrico**, atualmente com 2 veículos em operação que contam com cesto aéreo eletro-hidráulico para serviços de redes de distribuição de energia elétrica com sistema inteligente para o gerenciamento da recarga do caminhão e com sistema eficiente para recargas de oportunidade do veículo na própria rede de baixa tensão da distribuidora; (ii) **Corredor Verde**, que consiste em eletrovia de 1.200 km interligando Salvador (BA) e Natal (RN), contendo 11 estações de recarga de rodovias (50kW) mais 6 estações em shoppings urbanos (22kW), oferecendo uma ampla infraestrutura para usuários de veículos elétricos na região nordeste, propondo um novo modelo de negócios para serviços de recargas no âmbito de empresas do setor elétrico; (iii) **Mobilidade Elétrica Trilha Verde**, projeto em desenvolvimento em Fernando de Noronha que objetiva estabelecer, de forma sustentável, soluções e modelos de negócio para atividades de turismo, serviços públicos e operação da Neoenergia Pernambuco, com a utilização de veículos elétricos e estações de carregamento, distribuídas em locais estratégicos da ilha, assegurando o suprimento por meio de fontes renováveis com sistema de armazenamento de energia; (iv) **Sistema Inteligente de Armazenamento Energia (SIAE)**, concluído em 2022, consiste em um sistema de armazenamento com baterias de íons de lítio, utilizado para otimização do despacho dos geradores da usina termoeletrica Tubarão, em Fernando de Noronha, considerando a existência de usinas solares centralizadas e geração distribuída na ilha; (v) **Microrrede**, também concluído em 2022, é um sistema centralizado de energia solar com baterias e rede de distribuição, constituindo alternativa para atendimento das obrigações regulatórias do programa Luz Para Todos (LPT) com propostas de melhorias do ponto de vista técnico e regulatório, que beneficia 113 unidades consumidoras no interior do sertão da Bahia; (vi) **Gestão de PCB** (bifenilas policloradas) sistema computacional para gestão, acompanhamento e controle dos equipamentos que operam com óleos sintéticos contendo bifenilas policloradas (PCBs) ou óleos minerais/vegetais contaminados no sistema elétrico da Neoenergia Brasília; (vii) **Soluções sustentáveis e eficientes para convívio da arara-azul-de-lear (Anodorhynchus leari)**, que possui como objetivo o desenvolvimento de soluções para o convívio da arara-azul-de-lear com a rede elétrica de distribuição e criação de um amplo Programa de Conservação da espécie, constituído pelas vertentes ambiental, social, educacional e tecnológica; (viii) **Mexilhão Dourado**, que desenvolve tecnologia para controle populacional do mexilhão dourado presente em reservatórios de usinas hidrelétricas; (ix) **Hidrodigital**, que desenvolverá instrumentos regulatórios para o incentivo da melhoria da performance da operação de usinas hidrelétricas existentes, por meio da avaliação, com técnicas de inteligência artificial, dos dados fornecidos por sensores instalados nas turbinas hidráulicas, com o resultado esperado de incremento da geração anual de energia e/ou capacidade de reserva; e projeto de P&D de (x) **Hidrogênio Verde**, que implantará uma solução de produção local de hidrogênio verde, a partir de energia solar fotovoltaica para atendimento da demanda interna de resfriamento de turbogeradores, aplicação em empilhadeira e em mobilidade elétrica (abastecimento veicular).

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DA NEOENERGIA ELEKTRO

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. **Melhores e Maiores da Revista Exame** - Em 2022, a Neoenergia e seis de seus negócios foram classificados na edição especial da revista Exame "Melhores e Maiores 2022". No setor de energia, a Neoenergia Brasília, incorporada em março de 2021, fez sua estreia. O ranking também inclui: a holding; duas transmissoras (Neoenergia Guanabara e Neoenergia Dourados); e três distribuidoras - Neoenergia Coelba (BA), Neoenergia Pernambuco (PE) e Neoenergia Elektro (SP e MS).

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 01/03/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses. Em 2022, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 660.532,00, dos quais R\$ 586.314,00 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 74.218,00 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

O Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa referente ao ano de 2022 será publicado até 31 de março de 2023 no site da companhia (www.neoenergia.com). A Neoenergia divulga seu desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança anualmente, desde 2004, quando publicou seu primeiro Relatório Anual, como forma de demonstrar seu compromisso com a transparência e um modelo de crescimento sustentável. A partir de 2010, passou a elaborar o relatório com base nas normas da Global Reporting Initiative (GRI), além de seguir o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Desde 2020, também considera as orientações do International Integrated Reporting Council (IIRC) e os padrões Sustainability Accounting Standards (SASB) para o setor elétrico, e as recomendações contidas no Corporate Sustainability Assessment (CSA), da S&P Global, para o Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A partir de 2021, o relatório adicionou as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Elektro apresenta os resultados do quarto trimestre e do acumulado de 2022 (4T22 e 2022) a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T22	2022	4T21	2021	
(+) Receita líquida	2.204	8.388	2.386	8.505	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(57)	(313)	(85)	(281)	Nota 3
(-) Outras receitas	(46)	(163)	(32)	(112)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	2	4	-	5	Nota 3.4
= RECEITA Operacional Líquida	2.103	7.916	2.269	8.117	
(+) Custos com energia elétrica	(1.126)	(4.321)	(1.404)	(5.397)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(344)	(1.128)	(205)	(699)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(1.470)	(5.449)	(1.609)	(6.096)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	57	313	85	281	Nota 3
= MARGEM BRUTA	690	2.780	745	2.302	
(+) Custos de operação	(201)	(748)	(188)	(669)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(15)	(57)	(13)	(52)	Demonstrações de resultado
(-) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(83)	(257)	(42)	(197)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	82	311	73	297	Nota 6
(+) Outras receitas	46	163	32	112	Nota 3
(-) Outras receitas - Outras	(2)	(4)	-	(5)	Nota 3.4
= Despesa Operacional (PMSO)	(173)	(592)	(138)	(514)	
(+) PECLD	(30)	(89)	(30)	(90)	Demonstrações de resultado
EBITDA	487	2.099	577	1.698	
(+) Depreciação e Amortização	(82)	(311)	(73)	(297)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(124)	(406)	(119)	(244)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(74)	(396)	(99)	(335)	Demonstrações de resultado
LCURO LÍQUIDO	207	986	286	822	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela ELEKTRO S.A. ("Neoenergia Elektro" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Elektro e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Elektro. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Elektro sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras. Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2022	2021
Receita operacional, líquida	3	8.388	8.505
Custos dos serviços		(6.197)	(6.765)
Custos com energia elétrica	4	(4.321)	(5.397)
Custos de construção	5	(1.128)	(699)
Custos de operação	6	(748)	(669)
Lucro bruto		2.191	1.740
Perdas de créditos esperadas	10.2	(89)	(90)
Despesas com vendas	6	(57)	(52)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(257)	(197)
Lucro operacional		1.788	1.401
Resultado financeiro	7	(406)	(244)
Receitas financeiras		258	156
Despesas financeiras		(599)	(406)
Outros resultados financeiros, líquidos		(65)	6
Lucro antes dos tributos		1.382	1.157
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(396)	(335)
Corrente		(255)	(187)
Diferido		(141)	(148)
Lucro líquido do exercício		986	822
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)		
Ordinária		4,83	4,03
Preferencial A		5,32	4,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	986	822
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios a empregados	33	142
Hedge de fluxo de caixa	(1)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(11)	(48)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	21	94
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(41)	(21)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	14	7
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(27)	(14)
Outros resultados abrangentes do exercício líquido dos tributos	(6)	80
Resultado abrangente do exercício	980	902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	986	822
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	315	298
Baixa de ativos não circulantes	22	10
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	396	335
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	406	244
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(313)	(281)
Valor de reposição estimado da concessão		
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	388	(224)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	33	(191)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	20	16
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	850	(691)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(427)	(45)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(30)	(13)
Outros ativos e passivos, líquidos	(129)	9
Caixa líquido proveniente das operações	2.517	289
Encargos de dívidas pagas (nota 15.2 (c))	(310)	(167)
Instrumentos derivativos recebidos/(pagos), líquidos	(13)	20
Rendimento de aplicação financeira	104	29
Juros pagos - Arrendamentos	(3)	(3)
Tributos sobre o lucro pagos	-	(176)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.295	(8)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(1.126)	(747)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(60)	(30)
Resgate de títulos e valores mobiliários	52	26
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(1.134)	(751)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	750	2.550
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(7)	(17)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(750)	(1.695)
Obrigações especiais	9	67
Pagamento de principal - Arrendamentos	(12)	(12)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	180	206
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas (nota 19.2 (b))	(1.428)	(628)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	(1.258)	471
Redução de caixa e equivalentes de caixa no período	(97)	(288)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	624	912
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	527	624
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados aos imobilizado e intangível	13	8
Arrendamentos capitalizados	14	11

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros			Proposta de distribuição	
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	de dividendos adicionais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	952	766	(103)	171	771	-	425	2.982
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	822	-	822
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(425)	(425)
Outros resultados abrangentes	-	-	80	-	-	-	-	80
Destinação do lucro líquido:								
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(822)	-	(822)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	952	766	(23)	171	771	-	597	3.234
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	986	-	986
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(597)	(597)
Outros resultados abrangentes	-	-	(6)	-	-	-	-	(6)
Destinação do lucro líquido:								
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(986)	234	(752)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	952	766	(29)	171	771	-	234	2.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elektro Redes S.A. - Neoenergia Elektro (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Campinas - São Paulo - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. ("NEOENERGIA"). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área de concessão de 121 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 187/98, com vencimento em 2028. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, desde 2002. 1.1 **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** As políticas de Riscos Financeiros e Operacionais do Grupo Neoenergia foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, conforme processo de revisão previsto. A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxa de juros e índices de preços, risco líquido e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.1.1 **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*. • O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desdobros sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado - Taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo.
Risco de mercado - Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR(*) e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado - Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

(*) O Grupo Neoenergia está em processo de transição da taxa de juros de referência LIBOR para uma nova taxa de referência a ser concluída em 2023. Tendo em vista que a substituição da taxa referencial por outra, se refletirá tanto no contrato da dívida como no instrumento derivativo, a Companhia não espera que haja impacto na relação de *hedge* vigente. A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. (i) **Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2022, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desdobros e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7. (ii) Risco de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7. (iii) Risco de inflação: A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de *hedge* de índices de inflação são descritas na nota 21.7. (iv) Risco de preço de *commodities*: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities metálicas:** variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia. **Commodities energéticas:** os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta, hidrologia, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras do Grupo Neoenergia, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final. (b) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15.2 (d)). Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém suas contas aplicadas em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15). (c) **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. (d) **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou não performance de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de

crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências *Moody's*, *S&P* ou *Fitch* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	-	-	AA
BNP Paribas	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AA
Citibank	-	-	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Santander	AAA	AAA	-
Votorantim	AA	AAA	-
Bank of America	-	-	AAA
JPMorgan	-	-	AAA
Morgan Stanley	-	-	AAA
Mitsubishi UFJ (1)	A1	-	A-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Scotiabank	AAA	-	-

(1) *Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc - MUFG* possui *rating* apenas em escala global.

1.1.2 **Gestão de riscos operacionais:** (a) **Riscos regulatórios:** **Ambiente Regulatório:** A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da ANEEL estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida. **Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões:** Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária. Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato. Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior. Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (revisão tarifária extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária). O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de Price Cap (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras. A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas. **Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira:** As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência a partir de 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos. Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. **Indicadores de Continuidade do Fornecimento:** A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DECI - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FECl - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo de cumprimento dos limites regulatórios, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio ou, ainda, em caso de reincidência, abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. **Postergação de Reajustes:** A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste. Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR (Reserva Global de Reversão), CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), nos termos da Lei nº 8.631/1993. **Base de Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos:** Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos a eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização. Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *commodities* (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios. (b) **Risco hidrológico:** A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições climáticas e hidrológicas dos reservatórios. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN. Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico. (c) **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada (R\$)
Terrorismo	31/05/2022 a 31/05/2023	499
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2022 a 31/05/2023	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2022 a 31/05/2023	44
Veículos - Executivo	31/05/2022 a 31/05/2023	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 a 31/05/2023	1.717
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2022 a 15/06/2023	1
Veículos - Operacional	31/05/2022 a 31/05/2023	1
Transporte	08/10/2022 a 08/10/2024	2
D&O	23/08/2022 a 23/08/2023	150
Cibersegurança	13/06/2022 a 01/06/2023	26

Os seguros da Companhia são contratados conforme às respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 **Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2023. 2.2 **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. 2.3 **Políticas contá-**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

	2022	2021
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	12.773	12.274
Perdas de créditos esperadas	(89)	(90)
	12.684	12.184
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(3.073)	(4.079)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)	(1.686)	(1.865)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(1.435)	(951)
	(6.194)	(6.895)
Valor adicionado bruto	6.490	5.289
Depreciação e amortização (*)	(315)	(298)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	6.175	4.991
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros e variações cambiais de ativos (*)	1.108	936
Valor adicionado total a distribuir	7.283	5.927
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações e administradores (incluindo férias e 13º salário)	319	236
Encargos sociais (exceto INSS)	16	14
Benefícios	158	181
(-) Transferências para ordens (**)	(145)	(130)
Outros	13	11
	361	312
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	66	50
ICMS	1.708	1.703
PIS/COFINS	473	436
Tributos sobre o lucro	396	335
Obrigações intrasetoriais	1.784	1.090
Outros	11	7
	4.438	3.621
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros, variações cambiais e alugueis (*)	1.498	1.172
	1.498	1.172
Remuneração de capitais próprios		
Remuneração aos acionistas	986	822
	986	822
Valor adicionado distribuído	7.283	5.927

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS;

(**) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

beis e estimativas críticas: As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5 (a). 2.4 **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de crédito esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5 **Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: a) **Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. b) **Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Fornecimento de energia (nota 3.1)	5.735	5.771
Disponibilidade da rede elétrica (1)	5.408	4.480
Construção de infraestrutura da concessão	1.128	699

3.1 Fornecimento de energia elétrica:

	GWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Residencial	5.021	5.159	4.217	4.086
Comercial	2.097	2.078	1.959	1.711
Industrial	1.125	1.222	826	900
Rural	889	1.133	571	606
Poder público	330	286	273	218
Iluminação pública	498	518	266	278
Serviços públicos	443	480	400	375
Consumo próprio	8	8	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(146)	12
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(3.581)	(3.092)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	950	677
Total	10.411	10.884	5.735	5.771

(1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 27 de agosto de 2022 conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.100/2022; (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 92 (R\$ 69 em 2021) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 525 (R\$ 465 em 2021) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 8 (R\$ 95 em 2021) referente à subvenção bônus crise hídrica; (iv) R\$ 57 (R\$ 48 em 2021) referente à subvenção CCRBT; (v) R\$ 84 (R\$ 0 em 2021) referente à subvenção escassez hídrica; e (vi) R\$ 184 (R\$ 0 em 2021) referente à subvenção CDE modicidade Eletrobras.

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:

	2022	2021
CVA e neutralidade		
Energia (1)	(530)	263
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	(413)	314
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	149	74
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	59	38
Neutralidade de encargos setoriais	28	39
PROINFA	35	728
Total	(672)	728

Componentes financeiros e subsídios

	2022	2021
Repasso de sobrecontratação (4)	246	(37)
Risco hidrológico	9	(69)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (5)	90	22
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	-	(32)
Passivo conta COVID	-	3
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (6)	282	88
Crédito consumidor reversão para modicidade	22	(9)
Modicidade Eletrobras (7)	(120)	-
Outros	77	(3)
Total	606	691

(1) CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para a redução das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2022, conforme determinado pela ANEEL, resultando em um aumento da CVA a devolver neste ano; (2) CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o redutor bandeira tarifária alocado no ESS em 2022 e o próprio custo do Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), conforme determinado pela ANEEL; (3) CVA ativa, em função da REH nº 3.034/2022, que homologou as quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, relativas às competências de janeiro a dezembro de 2022, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em uma CVA a receber; (4) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário; (5) Componente Financeiro referente a antecipação da reversão de créditos da UDER, conforme Despacho ANEEL nº 245/2016, e homologados pela ANEEL a partir do processo tarifário de 2021. Sendo no IRT 2021 homologado a antecipação das competências de nov/17 a jul/21, e no IRT 2022 as competências de ago/22 a jul/22; (6) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022, R\$ (347) a título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2022, o valor ativo de R\$ 282 em contrapartida da redução da receita; e (7) Referente ao aporte a CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.959/2022, sendo constituído pela Companhia o passivo de R\$ 120 em 31 de dezembro de 2022.

3.3 Outras receitas:

	2022	2021
Arrendamentos e aluguéis	145	98
Comissão serviços de terceiros	4	-
Serviço taxado	2	2
Taxa de iluminação pública	8	7
Outras receitas	4	5
Total	163	112

3.4 Deduções de receita bruta:

	2022	2021
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	(1.708)	(1.703)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(892)	(975)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(1)	(1)
Total	(2.601)	(2.679)

Encargos setoriais

	2022	2021
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.585)	(952)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(34)	(37)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(118)	(56)
Outros encargos (2)	(47)	(45)
Total	(1.784)	(1.090)

(1) Em junho de 2022, foi sancionada a Lei Complementar nº 194/22, que estabeleceu que a tributação do ICMS nas operações com energia elétrica não deve ser superior às praticadas nas operações em geral do Estado, uma vez que se trata de um bem essencial. Dessa forma, após a regulamentação da referida Lei Complementar por cada Estado, a Companhia limitou a alíquota do ICMS sobre as operações de energia elétrica à 17% ou 18%. Essa redução não impacta o resultado da Companhia, pois a mesma é mera arrecadadora do ICMS. Adicionalmente, em abril de 2022, passou a vigorar o Decreto nº 66.373/2021, publicado pelo Governo do Estado de São Paulo, ocasionando redução no valor do ICMS. O decreto alterou as regras que tratam da tributação das operações com energia elétrica adquiridas em ambiente de contratação livre; (2) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE. **3.5 Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Central. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero. A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes. A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hídrica. As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura. Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factoring* ("GSF") de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	7.825	6.682	(1.479)	(1.752)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	90	(136)	(824)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	-	6	-	(345)
Contratos por cotas de garantia física	3.236	3.258	(414)	(378)
Energia Itaipu	2.573	2.711	(748)	(956)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	477	516	(160)	(119)
Outros	250	257	(142)	(95)
Subtotal	14.361	13.514	(3.073)	(4.079)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	283	371
Total	14.361	13.514	(2.790)	(3.708)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica	-	(1.181)	(1.094)	-
Encargos de transporte	-	(72)	(78)	-
Encargos de conexão	-	(70)	(79)	-
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (4)	-	(151)	(616)	-
Encargo de Energia de Reserva - EER (5)	-	(174)	(40)	-
Outros encargos	-	(38)	(38)	-
Subtotal	-	(1.686)	(1.865)	-
Créditos de PIS e COFINS	-	155	176	-
Total	-	(1.531)	(1.689)	-
Total dos custos com energia elétrica	-	(4.321)	(5.397)	-

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças. MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

(1) A redução do custo de energia adquirida no ACR é decorrente da redução da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude da redução da geração de usinas térmicas; (2) Maior disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos reduziu o custo com o Risco Hidrológico e a consequente redução do despacho das térmicas reduzindo o custo com o Condomínio Virtual; (3) Redução decorrente da equalização do PLD em 2022 gerando menos excedente financeiro e não houve compra de energia no MCP (Déficit); (4) Redução dos custos do ESS Brasil decorrente da segurança energética, em virtude de melhor nível hidrológico de reservatórios e regime pluviométrico mais favorável no período de fevereiro a junho/2022 e outubro a dezembro/2022, o que equivale a 10 meses; e (5) Aumento no pagamento de Encargo de Reserva de Reserva de modo a garantir o contínuo equilíbrio financeiro da conta do CONER.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2022	2021
Pessoal	(119)	(116)
Material	(546)	(337)
Serviços de terceiros	(211)	(134)
Juros sobre obras em andamento	(13)	(8)
Outros	(239)	(186)
Obrigações especiais	-	82
Total	(1.128)	(699)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2022		2021	
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(327)	(11)	(86)	(424)
Administradores	-	-	(3)	(3)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(72)	(45)	(75)	(192)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(263)	-	(48)	(311)
Provisão para processos judiciais	-	-	(27)	(27)
Impostos, taxas e contribuições	(3)	-	(7)	(10)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(83)	(1)	(11)	(95)
Total	(748)	(57)	(257)	(1.062)

	2022		2021	
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(278)	(9)	(71)	(358)
Administradores	-	-	(4)	(4)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(62)	(42)	(67)	(171)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(253)	-	(44)	(297)
Provisão para processos judiciais	-	-	(17)	(15)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	-	(4)	(6)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(26)	(1)	10	(67)
Total	(669)	(52)	(197)	(918)

6.1 Pessoal e benefícios a empregados:

	2022	2021
Remunerações	(205)	(187)
Encargos sociais	(73)	(64)
Auxílio alimentação	(61)	(50)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(44)	(36)
Rescisões	(9)	(8)
Provisão para férias e 13º salário	(56)	(45)
Plano de saúde	(60)	(51)
Participação nos resultados	(57)	(44)
(-) Transferências para ordens (2)	145	130
Outros	(4)	(3)
Total	(424)	(358)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios; (2) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

6.2 Serviços de terceiros:

	2022	2021
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(8)	(3)
Agente arrecadador e credenciado	(18)	(17)
Corte, ligação e religação	(22)	(16)
Atendimento e teleatendimento	(36)	(39)
Serviços técnicos e manutenções	(4)	(9)
Podas de árvore e limpeza faixa	(14)	(13)
Cobrança administrativa e negatização	(2)	(2)
Tecnologia da informação	(26)	(24)
Serviços jurídicos	(11)	(9)
Consultoria e auditoria	(1)	(1)
Comunicação	(19)	(14)
Encerramento de ordem - Custo serviço prestado	(3)	-
Vigilância	(17)	(17)
Outros serviços	(11)	(7)
Total	(192)	(171)

6.3 Depreciação e amortização:

	2022	2021
Quota de depreciação e amortização	(300)	(269)
Baixa do valor residual	(15)	(29)
Subtotal	(315)	(298)
(-) Crédito PIS/COFINS	4	1
Total	(311)	(297)

6.4 Outras receitas e despesas, líquidas:

	2022	2021
Seguros	(4)	(3)
Doações e contribuições	(1)	(1)
Recuperação de despesa	7	7
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(2)	(2)
Despesas de viagem	(8)	(4)
Consumo próprio de energia elétrica	(7)	(7)
Propaganda e publicidade	(8)	(4)
Alimentação	(6)	(5)
Multa por inadimplência/contratual	62	62
Perdas/alienação/desativação	(34)	(29)
Indenização danos elétricos	(5)	(3)
Eventos	(1)	-
Material	(72)	(57)
Multas regulatórias	-	(9)
Custas processuais	(5)	(4)
Outros	(11)	(8)
Total	(95)	(67)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	104	29
Tributos sobre receita financeira	(16)	(9)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	90	107
Atualização de depósitos judiciais	2	1
Atualização do ativo financeiro setorial	71	14
Outras receitas financeiras	7	14
Total	258	156

Despesas Financeiras

Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(480)	(267)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(6)	(12)
Atualização de provisões para processos judiciais	(25)	(36)
Outras despesas financeiras	(88)	(91)
Total	(599)	(406)

Outros resultados financeiros, líquidos

Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c) (2))	(334)	(428)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c))	498	356
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b))	(542)	(335)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b) (2))	307	415
Perdas com variações cambiais e monetárias	(23)	(2)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	29	-
Total	(65)	6

Resultado financeiro líquido

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e
--

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2022		2021	
	Receível	Perdas de créditos esperadas	Receível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	740	(25)	1.116	(34)
Saldos vencidos:	461	(175)	485	(143)
Entre 1 e 90 dias	194	(20)	272	(24)
Entre 91 e 180 dias	45	(22)	47	(22)
Entre 181 e 360 dias	76	(52)	55	(43)
Acima de 361 dias	146	(81)	111	(54)
	1.201	(200)	1.601	(177)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	(184)	(166)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(89)	(90)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	63	72
Saldo final do exercício	(210)	(184)

10.3 Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para o negócio de distribuição operado pela Companhia. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciais) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciais) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2022		2021	
	Obrigações	Efeito líquido	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade				
Energia	354	(300)	54	553
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	5	(10)	(5)	394
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	238	-	238	76
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST	153	-	153	83
Neutralidade de encargos setoriais	23	(5)	18	(45)
Outros	48	-	48	5
Componentes financeiros e subsídios				
Repasse de sobrecontratação (1)	133	-	133	(112)
Risco hidrológico	-	(318)	(318)	(311)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	4	(118)	(114)	(204)
Diferimento de reajuste	66	(206)	(140)	-
Passivo conta COVID	-	-	-	(3)
CDE modicidade Eletrobras (nota 3.3)	-	(129)	(129)	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	86	(286)	(200)	90
Outros	14	(38)	(24)	(58)
Total	1.124	(1.410)	(286)	1.241
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	555	(430)	125	475
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	569	(980)	(411)	766
Total	1.124	(1.410)	(286)	1.241
Ativo circulante	-	-	-	316
Ativo não circulante	-	-	-	177
Passivo circulante	-	(34)	-	-
Passivo não circulante	-	(252)	-	-

(1) Em agosto de 2020, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia das distribuidoras, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a Companhia interps recurso administrativo quanto a esses valores, sendo a decisão final da ANEEL constataciada pelo Despacho 2.168, de agosto de 2022. Houve evolução da discussão acerca da sobrecontratação involuntária devido à Covid (CP 35/2020), que impactou nas apurações de sobrecontratação do ano de 2020. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou um ativo de R\$ 133, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário; (2) A ANEEL autorizou, no processo de Reajuste Tarifário 2022, o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Esses mecanismos permitiram a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de agosto/22 a julho/23, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal. A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	522	(734)	(212)
Constituição	940	(505)	435
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(409)	665	256
Atualização monetária	42	(28)	14
Transferências	146	(146)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.241	(748)	493
Constituição (1)	1.151	(1.201)	(50)
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(440)	424	(16)
Atualização monetária	126	(55)	71
Transferências (3)	(954)	170	(784)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.124	(1.410)	(286)

(1) Em 2022, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$ (50), com destaque para o item de Risco Hidrológico, referente a reversão da antecipação de tal componente financeiro, conforme valores homologados pela ANEEL, além da CVA de PIS/COFINS, em função do reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL. (2) Em 2022, a Companhia amortizou o montante de R\$ (16), decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2021 e 2022. A partir dos processos tarifários de 2021, está ocorrendo a inclusão de um novo componente do Encargo CDE, denominado CDE - CONTA COVID, relacionado ao pagamento do empréstimo da Conta COVID, conforme disposto no Decreto nº 10.350/2020, destinado a receber os recursos de operação financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE - CONTA COVID. Até o final do exercício de 2022, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 244 para amortização da operação financeira da CDE - CONTA COVID, em cumprimento ao Despacho nº 939/21. (3) Refere-se, principalmente, às reclassificações do passivo tributário para o passivo regulatório dos créditos compensados decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. **11.1 Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial as expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. **12.1 Ativo financeiro:** O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6(ii)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	3.488	2.773
Baixas	(17)	(17)
Reversão	8	2
Transferência ativo contratual (1)	615	451
Transferência ativo intangível	-	(2)
Ajustes a valor justo (2)	313	281
Saldo final do exercício	4.407	3.488
Ativo não circulante	4.407	3.488

(1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção; (2) Em 2022, como parte do processo de melhoria contínua, devido à complexidade do modelo regulatório e de modo a garantir a melhor estimativa de Base de Remuneração, a Companhia realizou nova forma de reavaliação dos ativos incrementais (ativos adicionados ao sistema elétrico e contabilizado a partir da última TRP), aderente ao precizado pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória). PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), com impacto de R\$ 123 em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, o valor justo está impactado negativamente com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, R\$ (91) em função da redução do índice, se comparado com dezembro de 2021. **12.2 Ativo contratual:** Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	573	560
Adições (1)	1.121	697
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(365)	(233)
Transferências - ativos financeiros (1)	(615)	(451)
Saldo final do exercício	714	573
Custo	772	623
Obrigações especiais	(58)	(50)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível. **12.3 Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: De acordo com os contratos de concessão: • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: • Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. • Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preços atribuídos pela ANEEL, estipulados para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL, e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	5,02%
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.538
Baixas	(20)
Amortização	(286)
Transferências - ativo contratual (2)	365
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.597
Custo	4.056
Amortização acumulada	(2.283)
Obrigações especiais	(176)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.581
Baixas	(22)
Amortização	(256)
Transferências - ativo financeiro (1)	2
Transferências - ativo contratual (2)	233
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.538
Custo	3.749
Amortização acumulada	(2.009)
Obrigações especiais	(202)

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração. (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão. **13.1 Política contábil:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2022	2021
Energia elétrica	399	461
Encargos de uso da rede	149	114
Materiais e serviços	207	124
Total passivo circulante	755	699

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos bancários	663	1.058
Agências de fomento	1.214	1.373
Mercado de capitais	3.145	2.583
Empréstimos e financiamentos (1)	5.022	5.014
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	(217)	(661)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(527)	(624)
(-) Títulos e valores mobiliários	(23)	(12)
Dívida líquida	4.255	3.717

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias, vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas. **15.2 Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. a) **Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:**

	2022	2021
Denominados em R\$	4.096	3.474
Indexados a taxas flutuantes	4.096	3.474
Denominados em US\$	696	1.273
Indexados a taxas flutuantes	169	213
Indexados a taxas fixas	527	1.060
Denominados em outras moedas	254	287
Indexados a taxas fixas	254	287
Total	5.046	5.034
(24)	(20)	
5.022	5.014	

(-) Custos de transação

Passivo circulante	754	858
Passivo não circulante	4.268	4.156

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2022	2021
Custo médio em % CDI (1)	94,1%	155,0%
Custo médio em taxa Pré (2)	11,8%	7,3%
Saldo da dívida	5.022	5.014
Instrumentos financeiros derivativos	(217)	(661)
Dívida total líquida de derivativos	4.805	4.353

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses. (2) Resultado de Dívida Acumulada 12 meses/Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta. b) **Fluxo de pagamento futuros de dívida:** Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2023	595	383	(9)	969
2024	758	343	(126)	975
2025	866	320	(73)	1.113
2026	887	447	(38)	1.296
2027	610	164	(58)	716
Entre 2028 e 2032	1.409	346	-	1.755
Entre 2033 e 2037	225	100	-	325
2037 em diante	113	13	-	126
Total	5.463	2.116	(304)	7.275

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 5 anos. c) **Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:**

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	5.014	4.000
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	750	2.550
Amortizações de principal	(750)	(1.695)
Custo de captação	(7)	(17)
Pagamento de encargos de dívida	(310)	(167)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	489	271
Variação cambial	(135)	86
Marcação a valor justo	(29)	(14)
Saldo final do exercício	5.022	5.014

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as operações captadas, no montante de R\$ 750, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 com prazo de vencimento de 5 anos junto ao MCFG BANK LTD; (ii) R\$ 500 via 11ª emissão de debêntures com prazo final em 7 anos; (iii) R\$ 50 com prazo de até 20 anos junto ao BNDES. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as operações captadas, no montante de R\$ 2.550, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 com prazo de vencimento de 5 anos junto ao Santander; (ii) R\$ 700 com prazo de vencimento final de até 7 anos por meio da 9ª emissão de debêntures; (iii) R\$ 500 com prazo de vencimento final de até 5 anos por meio da 3ª emissão de Notas Promissórias; (iv) R\$ 650 com prazo de vencimento final de até 10 anos por meio da 1ª emissão de Notas Comerciais e (v) R\$ 500 com prazo de vencimento de até 20 anos captados junto ao BNDES. d) **Linhas de crédito:**

	Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de crédito rotativas	RS		02/08/2024	200	-
Linhas de crédito rotativas	RS		29/1		

discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor estimado é de R\$ 76 (R\$ 97 em 31 de dezembro de 2021); e • Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 29 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2021). (3) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujo(s) destaque(s) passamos a tratar a seguir: • Autos de infração relativos a crédito de ICMS cuja escrituração no "Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente" (CIAP) se deu supostamente em desacordo com regras previstas na legislação tributária, estimados em R\$ 516 (R\$ 411 em 31 de dezembro de 2021); • Autos de infração relativos a crédito de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia e sobre combustíveis utilizados na frota operacional, estimados em R\$ 286 (R\$ 287 em 31 de dezembro de 2021); • Autos de infração relativos a contribuições sociais (INSS) sobre valores pagos a título de PLR, previdência privada, assistência médica, Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT bem como valores pagos a título de cessão de mão-de-obra, estimados em R\$ 105 (R\$ 90 em 31 de dezembro de 2021); e • Autos de infração relativos a estornos de débitos de ICMS (Convênio 30) relativos a refaturamento de contas de energia elétrica, estimados em R\$ 183 (R\$ 179 em 31 de dezembro de 2021). As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações civis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após o ajuizamento para as ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais. c) **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2022	2021
Processos civis	9	7
Processos trabalhistas	26	27
Processos fiscais	4	4
Outros processos	5	1
Total	44	39

d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) **Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) **Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	2022	2021
Caução em garantia (1)	32	29
Devoluções a consumidores (2)	26	116
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	21	22
Plano de saúde	-	2
Bônus estratégico	9	9
Fundo educacional	6	6
Outras provisões	31	29
Compartilhamento de pessoal	3	5
Encargos financeiros	6	-
Outros	16	13
Total	150	231
Circulante	126	215
Não circulante	24	16

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços; (2) Variação impactada pela devolução de Bônus Incentivo Redução Consumo de Energia Elétrica no montante de R\$ 95.

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios. Os benefícios de curto e longo prazo - pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido") e (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida"). Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2022	2021
Obrigações trabalhistas e PLR	115	100
Benefícios de curto prazo - pós-emprego (nota 18.1.a)	5	3
Benefícios de longo prazo - pós-emprego (nota 18.1.a)	15	39
Total	135	142
Passivo circulante	120	103
Passivo não circulante	15	39

18.1 Benefícios de curto e longo prazo - Pós-Emprego: A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. Os planos de benefícios estão abertos para novas adesões. O plano estruturado na modalidade de contribuição definida não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia ("Curadores"). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguradora social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	Quantidade Beneficiários	Quantidade Assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Fundação CESP - PSAP/Elektro	2.891	2.175	Aberto	Deficitário
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano CD Néos	379	-	Aberto	N/A
Total	3.270	2.175		

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos:

	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Benefício definido (passivo) líquido	Ativo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.941)	1.773	(168)	(168)
Custo do serviço	(8)	-	(8)	(8)
Efeitos dos juros	(137)	125	(12)	(12)
Contribuições pagas pelos participantes	(4)	3	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	3	3
Benefícios pagos pelo plano	116	(116)	-	-
Redimensionamento	146	(3)	143	143
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.828)	1.786	(42)	(42)
Custo do serviço	(7)	-	(7)	(7)
Efeitos dos juros	(164)	157	(7)	(7)
Contribuições pagas pelos participantes	(4)	4	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	3	3	3
Benefícios pagos pelo plano	130	(130)	-	-
Redimensionamento	40	(7)	33	33
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.833)	1.813	(20)	(20)
Planos deficitários	(1.833)	1.813	(20)	(20)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício:

	Benefício definido	2022	2021
Custo do serviço	(3)	(5)	(5)
Despesa com juros de obrigações	(163)	(137)	(137)
Receita com juros de ativos	157	125	125
Total	(9)	(17)	(17)
Alocação dos custos do serviço:			
Resultado do exercício	(3)	(5)	(5)

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes:

	Benefício definido	2022	2021
Saldo no início do exercício	(28)	(28)	(22)
Redimensionamento:			
Mudança nas premissas	40	145	145
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(7)	(3)	(3)
Efeito bruto	33	142	142
Tributos sobre o lucro	(11)	(48)	(48)
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	22	94	94
Saldo no final do exercício	(6)	(28)	(22)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Benefício definido	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais	(1.833)	(1.828)	(1.828)
Valor justo dos ativos	1.813	1.786	1.786
Total passivo líquido	(20)	(42)	(42)
Passivo circulante	(15)	(39)	(39)
Passivo não circulante	(5)	(3)	(3)

e) Outras informações dos planos de benefício definido: (i) Ativos dos planos por categoria:

	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Preços cotados em mercado total	Preços não cotados em mercado ativo	Preços cotados em mercado total	Valor justo
Investimento direto:						
Fundo de investimento imobiliário	-	47	47	-	68	68
Outros	-	36	36	-	100	100
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento - ações/quotas	366	-	366	405	-	405
Fundo de investimento - multimercado	1.338	-	1.338	1.211	-	1.211
Fundo de investimento - renda fixa	-	2	2	-	2	2
Fundo de investimento - imobiliário	24	-	24	-	-	-
Total	1.730	83	1.813	1.618	168	1.786

(ii) Expectativa de pagamentos futuros:

	Benefício definido	2022	2021
2023	138	138	138
2024	139	139	139
2025	140	140	140
2026	141	141	141
2027	140	140	140
Entre 2028 a 2032	697	697	697
Total	1.395	1.395	1.395

Para fins de capitalização do plano, a Companhia espera desembolsar R\$ 3 no exercício de 2023. (iii) **Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas:** Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	Benefício definido	2022	2021
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%			
Valor presente da obrigação atuarial	1.930	1.926	1.926
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	5,24%	5,35%	5,35%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	13,03	14,58	14,58
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%			
Valor presente da obrigação atuarial	1.746	1.731	1.731
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-4,79%	-5,30%	-5,30%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	12,01	13,28	13,28

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Benefício definido	2022	2021
Taxa média nominal de desconto	9,60%	8,94%	8,94%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	5,07%	5,58%	5,58%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	12,66	13,91	13,91
<i>Duration</i> (em anos)	12,66	13,91	13,91
Tábua de mortalidade	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	10%
	Merger Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	Light Fraca suavizada em 30%	
Tábua de entrada em invalidez	AT-1949 Masculina, agravada em 10%	AT-49-Masculina agravada em 10%	
Tábua de mortalidade de inválidos	ExpCF 2014	ExpCF 2014	

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos: **Risco geral:** O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o *deficit* com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente. Mudanças na taxa de desconto - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa. Investimentos e volatilidade - O Conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ("ALM"). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ("PREVIC"). **Hipóteses atuariais e econômicas:** - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

(i) Política contábil e julgamentos críticos: Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano. Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem. As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem. **(ii) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão. A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social: O capital social está representado por ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PN"), todas sem valor nominal. O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão de ações da Companhia, inclusive preço e prazo de integralização, até o limite do capital autorizado. O capital social autorizado e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 952. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/Qtde.	Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Acções	R\$
Neoenergia S.A.	91.855.825	451	101.279.596	498	193.135.421	949	
Outros	25.147	-	598.697	3	623.844	3	
Total	91.880.972	451	101.878.293	501	193.759.265	952	

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade na distribuição de dividendos, no caso de existir lucro a distribuir, que serão no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas:** a) **Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2022	2021
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	444	370
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	542	452
Total	986	822

Em unidades de ações

Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	91.880.972	91.880.972
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	101.878.293	101.878.293
Total	193.759.265	193.759.265

Lucro básico e diluído por ação

Ação ordinária (R\$)	4,83	4,03
Ação preferencial A (R\$)	5,32	4,44

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício/Remuneração a distribuir	986	822
Remuneração		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido)	247	206
Remunerações intermediárias	505	19
Dividendos adicionais propostos	234	597
Total	986	822

Natureza da remuneração

Dividendos	784	690
JCP	202	132
Total	986	822
	5,09	4,24

Remuneração total por ação

A Administração propôs ao Conselho de Administração a destinação referente ao exercício de 2022 no montante bruto de R\$ 986, dos quais R\$ 234 ainda dependem de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Desta forma, em 31 de dezembro de 2022, este montante permanece reconhecido no patrimônio líquido da Companhia, como dividendos adicionais propostos. O Conselho de Administração deliberou a remuneração aos acionistas, em 30 de março de 2022, no montante de R\$ 42 (R\$ 50, menos R\$ 8 de imposto de renda), em 15 de junho de 2022, no montante de R\$ 42 (R\$ 49, menos R\$ 7 de imposto de renda), em 23 de setembro de 2022, no montante de R\$ 45 (R\$ 53, menos R\$ 8 de imposto de renda), em 25 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 42 (R\$ 49, menos R\$ 7 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio. Em 27 de julho de 2022 foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$ 150, para pagamento a partir de 02 de agosto de 2022 e, em 27 de outubro de 2022, o montante de R\$ 400, para pagamento até 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, o montante a pagar aos acionistas da Companhia é de R\$ 42 (R\$ 151 em 31 de dezembro de 2021). Os valores pagos aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

	Natureza de remuneração	Valor delib.	Valor por ação
Deliberação			
2022			
RCA de 30 de março de 2022	Juros sobre capital próprio	50	0,2427541
AGOE de 20 de abril de 2022	Dividendos - 2021	93	0,4566144
AGOE de 20 de abril de 2022	Dividendos - 2021		

	2022		2021			
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	755	-	-	699	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.512	-	510	4.302	-	712
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	286	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	53	-	-	2	-
Passivo de arrendamento	27	-	-	24	-	-
Outros passivos	60	-	9	149	-	9
Total	5.640	53	519	5.174	2	721

CA - Custo Amortizado; VJORA - Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes; VJR - Valor Justo por meio do Resultado.

21.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Precos cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão ajustados na data de mensuração; **Nível 2** - Precos cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade). **21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2022		2021			
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	98	-	98	479	-	479
Títulos e valores mobiliários	23	-	23	12	-	12
Instrumentos financeiros derivativos	270	-	270	663	-	663
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	4.407	4.407	-	3.488	3.488
Total	391	4.407	4.798	1.154	3.488	4.642

	2022		2021			
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	4.512	-	4.501	4.302	-	4.365

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil. **21.5 Política de custo:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • **Custo Amortizado ("CA"):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • **Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia; contas a receber são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, incluindo título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **21.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Concessões do serviço público:** Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. (ii) **Empréstimos e financiamentos:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação no PU (cotação, amilco, fechada) em B3 ou Anibma, respectivamente. As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de rating. O spread de crédito da Companhia é ajustado a duração e a moeda de cada instrumento de dívida. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de swaps, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do swap na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*. O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tendem a preservar as mesmas propriedades estatísticas observadas historicamente. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis. **21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2022, não havia valor de margem depositado referente as posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Os contratos de *swap* e a NDF foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados

	2022		2021			
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	4.512	-	4.501	4.302	-	4.365

com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência	Vencimento	Valor justo
	2022	2021	(Ano)
Ativo	US\$ 32	US\$ 38	2027
Passivo	RS 105	RS 123	2027
Líquido	69	97	(100)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência	Vencimento	Valor justo
	2022	2021	(Ano)
Ativo	US\$ 67	US\$ 86	2025 - 2027
Passivo	RS 184	RS 228	2025 - 2027
Líquido	160	275	(181)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência	Vencimento	Valor justo
	2022	2021	(Ano)
Ativo	US\$ 36	US\$ 101	2027
Passivo	RS 215	RS 364	2027
Líquido	(48)	195	(222)

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*Euribor*). O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR 5 pré vs R\$ pós	Valor de referência	Vencimento	Valor justo
	2022	2021	(Ano)
Ativo	€ 46	€ 45	2024
Passivo	RS 204	RS 202	2024
Líquido	37	92	(206)

Programa de hedge para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Desembolso USD	Valor de referência	Vencimento	Valor justo
	2022	2021	(Ano)
Termo	US\$ 2	US\$ 5	2023 - 2025
Líquido	(1)	2	(1)

Programa de hedge para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao EUR, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. O programa em 31 de dezembro de 2022, RS (0,2) (R\$ em 31 de dezembro de 2021) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **21.8 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 63 dias úteis (ou 90 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2022. **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022. **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,2177	(696)	(718)	(108)	(215)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	-	684	706	106	212
Exposição Líquida				(12)	(12)	(2)	(3)
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	5,5694	(254)	(264)	(40)	(79)
Swap Ponta Ativa em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	-	243	253	38	76
Exposição Líquida				(11)	(11)	(2)	(3)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar (US\$)	Alta do Euro	5,2177	(10)	1	3
NDF	-	-	-	10	(1)	(3)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Alta do Euro	5,5694	(2)	-	-
NDF	-	-	-	2	-	-
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Moeda	Risco	Taxa de exposição no período	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	506	66	(10)	(20)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,65%	(2.407)	(372)	(56)	(111)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	13,65%	(709)	(99)	(15)	(30)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	5,90%	(1.690)	(163)	(11)	(22)
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	5,14%	(169)	(10)	(1)	(3)
Swaps LIBOR 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	5,14%	169	12	2	3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos o reconhecimento da integridade da informação e da disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura de distribuição de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são realizados por meio de contrato de construção durante a fase de construção, seguindo o Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão.

Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (d) desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (e) o exame em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (f) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que determinam como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (1)	Construção de Infraestrutura
2024	3.475	846
2025	3.552	885
2026	3.770	1.240
2027	4.012	1.321
2028	4.258	1.356
Entre 2029 e 2033	20.201	6.276

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

23. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Elena León Muñoz Presidente	Francisco Gaudío Presidente
Fulvio da Silva Marcondes Machado Solange Maria Pinto Ribeiro Juliano Pansanato de Souza Leonardo Pimenta Gadelha Rogério Aschermann Martins Claudcir da Silva Edison Antônio Costa Britto Garcia Titulares	Eduardo Valdés Sanchez João Guilherme Lamenza Luiz Oswaldo Sant'ago Moreira de Souza Ricardo Magalhães Gomes Titulares
Luiz Carlos dos Santos Suplente	José Antonio Lamenza Claucia Janice Nitsche Antonio Carlos Lopes Helena Kerr do Amaral João Antônio de Oliveira Junior Suplentes

DIRETORIA	CONTADORA
Antonio Sergio Casanova Diretor-Presidente	Carla Suelly Pedreira do Nascimento Reis CRC: BA-017210/O-1 CPF: 614.811.305-87
Renato de Almeida Rocha Diretor Executivo de Controladoria, Financeiro e de Relações com Investidores	
Luciana Maximino Maia Diretora de Planejamento e Controle	
Fabiano da Rosa Carvalho Diretor Executivo de Regulação	

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Elektro Redes S.A., tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2022, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes DELOITTE e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023.

Elena León Muñoz – Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado

Solange Maria Pinto Ribeiro

Juliano Pansanato de Souza

Leonardo Pimenta Gadelha

Rogério Aschermann Martins

Claudcir da Silva

Edison Antônio Costa Britto Garcia

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Elektro Redes S.A, dando cumprimento ao que dispôs o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas; e a proposta da Administração de distribuição dos resultados. Considerando o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, o Conselho Fiscal da Elektro Redes, na totalidade de seus membros presentes, opina que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia durante o exercício de 2022, estando aptas a serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023.

Francisco Gaudío

Eduardo Valdés Sanchez

João Guilherme Lamenza

Luiz Oswaldo Sant'ago Moreira de Souza

Ricardo Magalhães Gomes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Elektro Redes S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Rua Ari Antenor de Souza, 321 - Jardim Nova América, Campinas/SP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.328.280/0001-97, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA ELEKTRO alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA ELEKTRO relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Campinas, 13 de fevereiro de 2023.

Antonio Sergio Casanova

Diretor Presidente